

CONDIÇÕES DE TRABALHO DE ASSALARIADOS NA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL (2012 A 2022)¹

WORKING CONDITIONS OF EMPLOYEES IN AGRICULTURE IN THE NORTHERN REGION OF BRAZIL (2012 TO 2022)

Carlos Alves do Nascimento

Instituto de Economia e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), E-mail: carlos.nascimento@ufu.br

Francisco Diétima da Silva Bezerra

Instituto Federal do Acre (IFAC), E-mail: dietimabezerra@yahoo.com.br

GT09. Trabalho, emprego, ocupações rurais e relações de gênero

Resumo

O artigo teve como objetivo investigar a evolução das condições de trabalho de assalariados na agropecuária da região Norte do Brasil. A amostra selecionada considerou apenas assalariados pertencentes a famílias monoativas, cujos membros assalariavam-se apenas na agropecuária. Essas famílias foram classificadas em quatro Tipos, cujos parâmetros de classificação foram o tamanho da família e a comparação do rendimento familiar com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE. Este estudo, que combinou a análise de indivíduos dentro de grupos familiares, revelou a importância de tratar esse universo de assalariados de maneira não homogênea. Para as análises sobre as condições de trabalho desses assalariados, adotou-se um Indicador de Qualidade do Emprego (IQE). A análise desse indicador sintético (e de alguns de seus componentes) demonstrou, de forma geral, que os Tipos familiares com maiores rendimentos familiares também são os que exibem resultados melhores na evolução das condições de trabalhos de seus membros assalariados.

Palavras-chave: condições de trabalho; trabalho assalariado; agropecuária; região Norte.

Abstract

The paper aimed to investigate the evolution of the working conditions of wage labor in agriculture in the northern region of Brazil. The selected sample considered only wage labor belonging to single-worker families, whose members were paid exclusively in agriculture. These families were classified into four types, whose classification parameters were family size and the comparison of family income with $\frac{1}{4}$ of the minimum wage required, as calculated by DIEESE. This study, which combined the analysis of individuals within family groups, revealed the importance of treating this universe of wage earners in a non-homogeneous manner. To analyze the working conditions of these wage labors, an Employment Quality Indicator (EQI) was adopted. The analysis of this synthetic indicator (and some of its components)

¹ Este artigo é resultado de parte de uma pesquisa com apoio do CNPq.

demonstrated, in general, that the family types with higher family incomes are also those that exhibit better results in the evolution of the working conditions of their wage laborers.

Key words: *working conditions; wage labor; agriculture; Northern region.*

1. Introdução

A região Norte do Brasil experimentou, a partir do início dos anos 2000, mais uma fase de mudanças na sua estrutura produtiva, agora sob a égide do capital financeiro nacional e internacional, sobretudo pela expansão do agronegócio (Bernardes, 2022). Segundo Costa Silva (2015, p. 11), desde então, “[...] um espaço agrícola de subsistência ou de pouco excedente, caracterizado pela atividade extensiva e de pouca tecnologia, se transformou[...] em um espaço da globalização das grandes empresas do agronegócio (*tradings*), [...]”.

A expansão da fronteira agropecuária para áreas ainda pouco exploradas pelos grandes empreendimentos agropecuários, calcada em forte aparato tecnológico, implicou na substituição paulatina das atividades tradicionais (extrativismo, agricultura de subsistência e pecuária extensiva, entre outras) por culturas de valor comercial (soja, milho, criação de gado bovino, etc.) (Costa Silva, 2015; Mattei, 2015). Dessa forma, se por um lado a expansão agropecuária para o norte brasileiro gerou crescimento da produção, por outro gerou pressão sobre os agricultores descapitalizados, ativos ambientais e comunidades tradicionais.

Além disso, a modernização do setor agropecuário alterou de forma substancial o padrão do mercado de trabalho na região, tanto no que diz respeito à composição da força de trabalho quanto aos níveis de formalização. Com efeito, a especialização produtiva, em geral, caracteriza-se, não necessariamente nesta ordem, pela substituição de grande parte do trabalho não qualificado por qualificado nas diversas etapas da produção e aumento do emprego formal, além disso, pela liberação de parte do contingente populacional rural das atividades agropecuárias (Balsadi; Del Grossi, 2016; Bezerra; Nascimento; Maia, 2021 e 2022).

Diante desse contexto mais geral, o problema de pesquisa consiste em investigar se durante o período a ser analisado, cujo contexto é de expansão do agronegócio, teria ocorrido uma alteração nas condições de trabalho dos assalariados na agropecuária da região Norte. Com base no referido contexto, tomamos como hipótese de pesquisa que o avanço do agronegócio na região, apoiado na modernização das atividades produtivas, particularmente nas monoculturas agrícolas, pode ter implicado em mais assalariados com melhores condições de trabalho. Objetiva-se, portanto, com base em um conjunto de indicadores, investigar a evolução das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária da região Norte, no período de 2012 a 2022, que coincide com um forte processo de expansão do agronegócio (calcado em novas tecnologias) nessa região.

O estudo das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária da região Norte, recentemente incorporada às grandes cadeias do agronegócio, torna-se fundamental para compreender se a dinâmica de crescimento do setor resultou na melhoria das condições de trabalho ou na precarização do emprego. A partir disso, a pesquisa colocará em debate a qualidade do emprego do modelo de desenvolvimento agropecuário adotado na região, podendo, inclusive, subsidiar políticas públicas mais inclusivas.

O artigo encontra-se estruturado, além desta introdução, em mais três partes. Na segunda parte, foi feita uma revisão da literatura sobre o mercado de trabalho na agropecuária da região Norte, assim como também dando certo destaque para o período da pandemia da Covid-19. Na terceira parte, apresenta-se o procedimento metodológico que embasou os resultados do estudo

empírico, apresentado na quarta parte do artigo. Por fim, foram expostas as considerações finais.

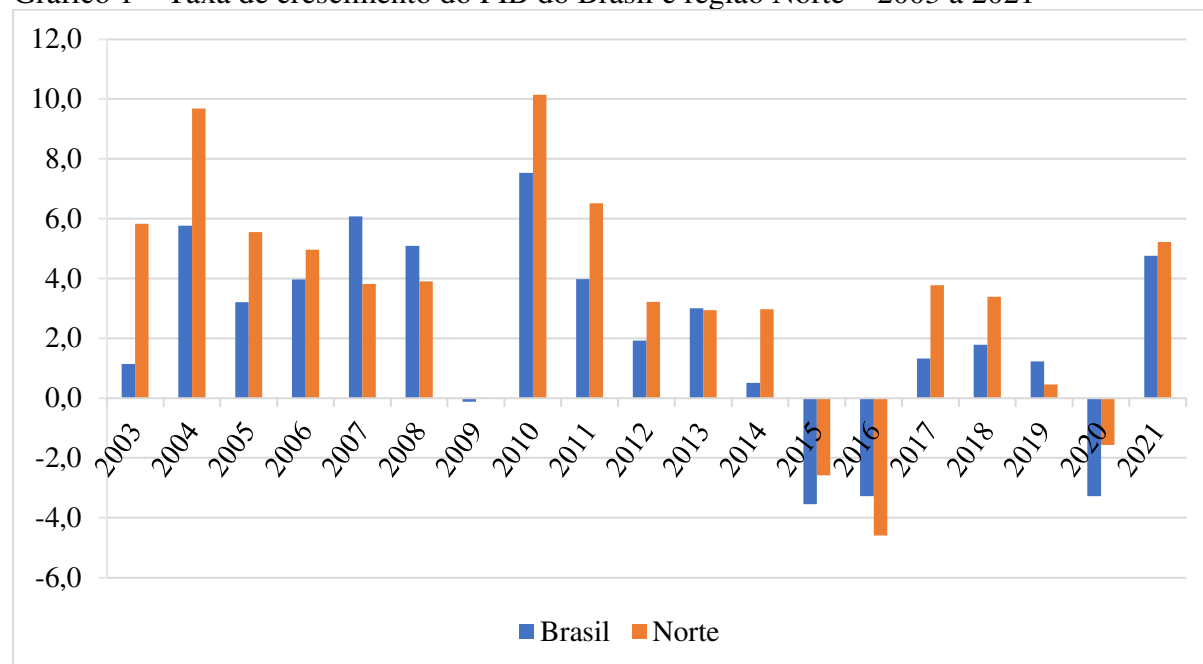
2. Revisão de Literatura

2.1 Panorama geral do mercado de trabalho

Nos anos de 1980, o Brasil experimentou um período de sérios desequilíbrios macroeconômicos, caracterizado, dentre tantas outras questões, pelo baixo nível de atividade econômica, endividamento externo e elevadas taxas de inflação, que culminaram com reformas estruturais importantes a partir de 1990 (Pinheiro; Giambiagi; Ostkorzewicz, 1999).

Já no início dos anos 2000, a economia brasileira apresentou sinais claros de recuperação, de tal modo que, entre 2004 e 2008, o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu, em média, 4,8%a.a. (Gráfico 1). Esse resultado teria sido impulsionado pelo cenário internacional favorável das *commodities* e pela adoção interna de políticas econômicas e sociais expansionistas, sobretudo com foco na ampliação dos programas de transferências de renda e de valorização do salário mínimo. Entretanto, em 2009, com o advento da grande crise financeira internacional e, logo depois, em 2015 e 2016, a economia brasileira entrou em colapso, apresentando taxas de crescimento negativo, sendo, nesses dois últimos anos, superior a 3,0% (IBGE, 2024; Trovão; Araújo, 2020).

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do PIB do Brasil e região Norte – 2003 a 2021



Fonte: Contas Nacionais/Regionais/IBGE.

Durante todo esse período, a economia da região Norte acompanhou o desempenho macroeconômico nacional, inclusive, em certos momentos da série de tempo, com crescimento superior à média geral do país. Contudo, já em 2014 surgiram indicativos de estagnação, os quais se intensificaram após 2015, particularmente, quando a economia regional apresentou forte arrefecimento da atividade produtiva (-2,6%), refletindo-se em uma retração ainda maior em 2016 (-4,6%), conforme Gráfico 1.

Trovão e Araújo (2019) afirmam que a recessão econômica de 2015 somada ao quadro de instabilidade político-institucional pelo qual passou o Brasil interromperam o ciclo de

condições socioeconômicas favoráveis apresentadas pela economia brasileira. O efeito imediato foi o recuo da atividade produtiva, com consequente redução do estoque de empregados formais, aumento da informalidade e oscilação abrupta do rendimento médio real, os quais se intensificaram com a adoção de medidas de ajustes fiscal/reformas e com a pandemia da covid-19 (Aquino; Nascimento, 2020).

A dinâmica do mercado de trabalho acompanhou os movimentos mais gerais da economia brasileira. Com efeito, o quadro positivo da economia brasileira na primeira década dos anos 2000 se refletiu no crescente número de postos de trabalho e na qualidade do emprego. O desemprego e a informalidade apresentaram redução expressiva após 2004, fato que culminou com o alcance das menores taxas entre 2012 e 2014 (Filgueiras, 2019). Em 2015, diante do quadro econômico recessivo, a taxa média de desempregados voltou a crescer, alcançando 13,7% em 2017, e, logo depois, durante a pandemia da Covid-19, em 2020, cerca de 14,6% no terceiro trimestre (Corseuil *et. al.*, 2022).

A crise econômica de 2015, a Reforma Trabalhista de 2017² e a crise do novo coronavírus (a ser tratado mais adiante) impactaram qualitativa e quantitativamente o mercado de trabalho brasileiro. Um relatório do Fundo Brasil (2022) mostra que o percentual de pessoas ocupadas informalmente era de 39,8% em 2014, 43,4% em 2019 e de 41,1% em 2021. Para se ter uma ideia da magnitude do recrudescimento da informalidade, em 2022 o número de pessoas ocupadas informalmente superou o contingente de empregados formais. Em termos regionais, as regiões Norte (65,2%) e Nordeste (63,3%) apresentaram as maiores taxas de informalidade, não obstante a região Sul (43,2%) também tenha exibido crescimento importante (Fundo Brasil, 2022).

Corseuil *et. al.* (2022) destaca que a proporção de ocupados, em 2015, era de 56,2%, caindo para 53,9% em 2019, ambos no primeiro trimestre, reduzindo-se ainda mais para 47,1% no terceiro trimestre de 2020. A taxa de transição de ocupados para desempregados cresceu de forma considerável durante esse período, principalmente entre 2015-2017 quando evoluiu de 2,7% para 4,3%, respectivamente, deixando ainda mais evidente o cenário de crise enfrentado pela economia brasileira e, claro, pelo mercado de trabalho. Já a entrada no desemprego proveniente da inatividade, após exibir uma escalada, reduziu-se no segundo trimestre de 2020, explicada pela baixa expectativa de inserção no mercado de trabalho durante a pandemia (Corseuil *et. al.*, 2022).

Conceição e Conceição (2014) mostram que o setor agropecuário tem, ao longo dos anos, desempenhado papel fundamental para a sustentação do crescimento econômico do país, especialmente em decorrência dos sucessivos recordes das exportações agrícolas, que contribuiriam para o saldo positivo da balança comercial brasileira. Ademais, o setor é responsável pela geração de emprego e renda para um contingente considerável de pessoas, apesar da redução contínua no período recente (Maia; Sakamoto, 2014; Bezerra; Nascimento; Maia, 2021).

As transformações produtivas engendradas entre os anos de 1960 e 1980, as quais continuaram seu curso nas décadas de 1990 e 2000, com forte modernização da agropecuária, teriam contribuído, por um lado, para o desempenho favorável do setor, mas, por outro, alterado substancialmente o padrão do mercado de trabalho agrícola. Conforme destaca Garcia (2014), a especialização produtiva, com forte participação do capital, teria induzido a substituição do trabalho não qualificado por trabalho qualificado. Segundo Balsadi e Del Grossi (2016, p. 92), “as inovações no processo produtivo, desde o preparo do solo até as atividades de colheita e pós-colheita, exigem um novo perfil de trabalhadores, mais qualificados e com maior flexibilidade para novas funções”.

² Uma visão detalhada sobre o impacto da Reforma Trabalhista no emprego e no mercado de trabalho pode ser encontrada em Filgueiras (2019).

No bojo dessas mudanças da estrutura produtiva da agropecuária brasileira, o setor, com vistas ao atendimento da demanda nacional e internacional por produtos agropecuários, apresentou a necessidade de ocupação de novas áreas. A região Norte do Brasil, em particular, mundialmente conhecida por sua vasta cobertura florestal, passou a ser, no início dos anos 2000, o *locus* de aporte do capital financeiro nacional e estrangeiro, sendo integrada aos grandes circuitos do comércio internacional. Foi, assim, incorporada à economia do agronegócio brasileiro como a “nova” fronteira agrícola do país.

Segundo Bernardes (2022, p. 61), “no recente processo de expansão das fronteiras agrícolas tecnificadas na Amazônia Legal, o capital e o Estado assumem um papel fundamental na produção dos lugares, nos quais será realizada a atividade capitalista de produção de grãos, especialmente da soja”.

Certamente, a “paisagem” da região foi drasticamente modificada. A redução do número de pessoas ocupadas na agropecuária, conforme destacam Bezerra, Nascimento e Maia (2021 e 2022), teria sido um dos reflexos do “novo” padrão produtivo pautado na tecnificação e no uso intensivo de capital na região. A estrutura ocupacional agrícola também foi alterada, com crescimento do trabalho assalariado permanente e redução do temporário. Entre 2004 a 2012, o assalariamento formal (permanente e temporário) cresceu de 3,0% para 4,3%, enquanto o informal reduziu-se timidamente de 16,1% para 16,0% (Maia; Sakamoto, 2014; Dieese, 2014).

O elevado nível de informalidade no mercado de trabalho agrícola manteve-se durante toda a segunda década dos anos 2000. Alfenas, Cavalcanti e Gonzaga (2021) afirmam que a precariedade das ocupações do setor se torna ainda mais latente quando se analisa a totalidade da Amazônia Legal³. Em 2019, cerca de 85,1% dos trabalhadores eram informais, refletindo-se no rendimento médio dos ocupados na agropecuária que seria de R\$ 829,00, valor que corresponderia a 49% do salário médio da região.

A inserção da agropecuária brasileira no mercado internacional, os próprios ganhos de produtividade e a legislação, de certo modo, favoreceram mudanças qualitativas no mercado de trabalho agrícola, ainda que lentas, mas esse não foi um padrão homogêneo para todas as regiões, especialmente para a região Norte em que há uma forte heterogeneidade da agropecuária.

2.2 Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho

Observamos anteriormente (Gráfico 1) que a economia da região Norte, após 2015-2016, apresentou, em 2017 e 2018, sinais promissores de recuperação, de tal modo que a economia regional cresceu praticamente três vezes mais que a média da economia nacional. Apesar da redução do crescimento, a taxa de desempenho econômico em 2019 continuou positiva, com expectativas de melhoras nos anos subsequentes.

Entretanto, as economias mundial, nacional e regional foram fortemente impactadas, a partir de março de 2020, com a crise do SARS-CoV-2 ou Covid-19. A pandemia no novo coronavírus gerou um quadro de incertezas econômicas e sociais, o que impactou de forma expressiva todos os setores da sociedade, especialmente o mercado de trabalho, dadas as medidas de isolamento e distanciamento social definidas pelas autoridades de saúde. Para Mattei e Heinen (2020), o cenário brasileiro, diante da crise sanitária da Covid-19, foi ainda mais dramático quando comparado com outras nações, porque o país já vinha apresentando, desde 2015, um “quadro de franca degradação dos indicadores socioeconômicos” (p. 648).

³ A Amazônia legal brasileira possui uma superfície de 5.015.067,86 km², cerca de 58,93% do território nacional, sendo composta por todos os estados da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins), Mato Grosso e parte do Maranhão (Brasil, 2022 e 2023).

No caso da economia regional nortista, seguindo a mesma trajetória apontada por Aquino e Nascimento (2020) para a região Nordeste, todos os setores produtivos foram afetados, especialmente o segmento de comércio e serviços. De acordo com os dados do IBGE (2024), o setor de serviço, o mais representativo para a economia do norte brasileiro, foi o que mais perdeu participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) da região Norte nos dois primeiros anos (2020 e 2021) da Covid-19, cerca de 4,0p.p. e 5,8 p.p., respectivamente, quando comparado a 2019 (Tabela 1).

Tabela 1 – Participação dos setores de atividade econômica na composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes total da região Norte – 2012 a 2020.

SETOR	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Agropecuária	9,4	10,6	10,2	10,6	11,3	10,5	9,4	8,8	9,9	11,8
Indústria	29,5	28,8	26,0	25,0	23,9	26,2	26,0	27,6	32,3	34,2
Serviços	37,6	36,7	39,1	39,1	38,8	37,5	38,7	37,9	33,9	32,1
Administração Pública	23,6	23,9	24,7	25,3	26,1	25,7	25,9	25,7	24,0	22,0

Fonte: Contas Nacionais/IBGE. Elaboração própria

A crise de saúde imposta pela Covid-19, obviamente, teve efeitos que se fizeram sentir no mercado de trabalho da região, assim como ocorrera para a economia nacional – Mattei e Heinen (2020, p. 269) atestam que “a taxa de desocupação ficou em 14,6% no terceiro trimestre de 2020, sendo a maior da série histórica desde 2012”.

Os dados da Pnad Contínua, do IBGE, indicam que houve redução significativa do número de pessoas ocupadas entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, porém a redução mais expressiva ocorrera no segundo e terceiro trimestre desse último ano. Até o segundo trimestre de 2021 o número de pessoas ocupadas ainda não tinha retornado ao patamar de 2019. Como consequência disso, reduziu-se o número de pessoas na força de trabalho, enquanto os que estariam fora aumentou. O setor privado, responsável por grande parte dos postos de trabalho apresentou redução no quantitativo de pessoas ocupadas, principalmente com carteira de trabalho assinada, ao passo que o informal decresceu substancialmente, principalmente no segundo e terceiro trimestre de 2020, mostrando a perda de empregos e, portanto, a vulnerabilidade desse tipo de trabalho, sobretudo no momento mais agudo da pandemia. Com isso, o número de subutilizados cresceu, evidenciando o efeito perverso da Covid-19 (Tabela 2).

Tabela 2 – Indicadores do mercado de trabalho da região Norte do Brasil, por trimestre, no período de 2019 a 2021. (Em mil pessoas)

INDICADORES	2019	2020					2021			
	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	
Pessoas ocupadas	7.493	7.373	6.794	6.895	7.214	6.995	7.247	7.628	7.784	
Pessoas na força de trabalho	8.390	8.384	7.720	7.955	8.255	8.230	8.439	8.670	8.770	
Pessoas fora da força de trabalho	5.423	5.468	6.219	6.031	5.775	5.867	5.771	5.609	5.542	
Pessoas empregadas no setor privado	2.714	2.658	2.430	2.526	2.739	2.576	2.607	2.741	2.871	
Empregados com carteira	1.617	1.610	1.577	1.537	1.590	1.557	1.570	1.645	1.706	
Empregados sem carteira	1.097	1.048	853	989	1.149	1.019	1.037	1.096	1.165	
Pessoas subutilizadas	2.378	2.523	2.697	2.864	2.868	3.241	3.130	2.798	2.600	

Fonte: Painel Pnad Contínua/IBGE. Elaboração própria

A Pnad Contínua indica que a taxa de desocupação cresceu de 10,7% no quarto trimestre de 2019 para 13,3% no terceiro trimestre de 2020, atingindo 15,0% no primeiro trimestre de 2021, a maior da série histórica que foi iniciada em 2012. Segundo **Mattei e Heinen (2020)**, o aumento da taxa de desocupação, do número das pessoas fora da força de trabalho e a redução da ocupação são reflexos claros da crise sanitária da Covid-19 sobre um mercado de trabalho ainda em recuperação da crise econômica recente. A reinserção ocupacional da população que perdeu seu emprego durante esse período vai depender fundamentalmente do ritmo da atividade econômica dos anos seguintes.

Do ponto de vista da ocupação na agropecuária, a pandemia da Covid-19 afetou o número de ocupações, com redução mais acentuada a partir do segundo trimestre de 2020. A partir do segundo trimestre de 2021, há sinais de recuperação do contingente de pessoas ocupadas no setor, o que pode estar relacionado à melhora do quadro sanitário da Covid-19. Em relação à posição da ocupação, nota-se que os assalariados na agropecuária sem carteira assinada foram os que apresentaram redução mais significativa, cuja perda de participação foi maior no primeiro e segundo trimestres de 2020, além dos três trimestres consecutivos do ano de 2021 (Tabela 3).

Tabela 3 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na agropecuária da região Norte, por trimestre e a posição na ocupação no período de 2019 a 2021 (Em mil pessoas)

INDICADORES	2019	2020				2021			
	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
Distribuição Absoluta									
Pessoas ocupadas	1.227	1.231	1.187	1.167	1.219	1.176	1.220	1.276	1.328
Assalariados	315	307	308	294	317	286	298	295	318
Assalariados com carteira	87	89	97	75	90	83	88	83	89
Assalariados sem carteira	228	218	211	219	227	203	210	212	229
Empregador	33	34	36	38	35	32	32	32	31
Conta-própria	610	626	588	580	602	610	618	692	734
Trabalhador familiar auxiliar	269	265	254	254	264	248	271	258	246
Distribuição Relativa (%)									
Pessoas ocupadas	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados	25,7	24,9	25,9	25,2	26,0	24,3	24,4	23,1	23,9
Assalariados com carteira	7,1	7,2	8,2	6,4	7,4	7,1	7,2	6,5	6,7
Assalariados sem carteira	18,6	17,7	17,8	18,8	18,6	17,3	17,2	16,6	17,2
Empregador	2,7	2,8	3,0	3,3	2,9	2,7	2,6	2,5	2,3
Conta-própria	49,7	50,9	49,5	49,7	49,4	51,9	50,7	54,2	55,3
Trabalhador familiar auxiliar	21,9	21,5	21,4	21,8	21,7	21,1	22,2	20,2	18,5

Fonte: Microdados da Pnad Contínua/IBGE. Elaboração própria.

Portanto, de modo geral, os dados apresentados indicam que o mercado de trabalho da região Norte do Brasil foi amplamente afetado pela crise da Covid-19, a qual impactou de forma mais efetiva os trabalhadores informais. Segundo Aquino e Nascimento (2020), em todo o Brasil, a população empregada formalmente conseguiu atenuar os efeitos da pandemia através do acesso aos mecanismos de proteção social, a exemplo do seguro-desemprego, enquanto a informal não.

3. Metodologia

3.1 Amostra selecionada

A amostra selecionada consiste em um conjunto de *Famílias de Trabalhadores Assalariados* na agropecuária da região Norte que não têm entre seus membros nenhuma pessoa ocupada como empregador ou como conta-própria, mas que têm exclusivamente pelo menos uma pessoa ocupada e classificada como assalariada na agropecuária (famílias *monoativas*)⁴, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O período de análise compreende todos os anos a partir de 2012 disponibilizados pelo IBGE/PNAD (2012 até 2022).

3.2 Tipologia de famílias de assalariados

Procedeu-se a classificação dos diferentes tipos de famílias de assalariados com base no tamanho da família (número de membros) e na renda familiar do assalariamento na agropecuária, utilizando como parâmetro/referência $\frac{1}{4}$ do salário mínimo necessário (SMN) calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os tipos de famílias investigadas tiveram, portanto, como parâmetros de classificação a renda do trabalho assalariado na agropecuária (comparada com o salário mínimo necessário, SMN, calculado pelo DIEESE) e o tamanho da família. Escolheu-se o SMN do DIEESE pelo fato de o cálculo do mesmo se fundamentar na exigência constitucional que prescreve o conjunto de bens e serviços que o trabalhador médio (da base da pirâmide salarial) deve adquirir para ter suas necessidades básicas atendidas. O que o DIEESE faz é calcular o quanto deveria ser o salário mínimo *necessário* para atender à exigência *constitucional* em relação aos requisitos básicos mínimos para uma reprodução normal da força de trabalho do trabalhador médio (e sua família). O SMN/DIEESE considera o quanto que o chefe da família (ou seu cônjuge) deveria auferir para sustentar sua família de *quatro* pessoas (dois adultos e duas crianças – ou três adultos), razão pela qual tomamos também o tamanho da família como critério a ser combinado com o SMN/DIEESE para a classificação dos tipos familiares, conforme a seguir.

Os tipos de famílias de assalariados, cuja classificação toma o SMN/DIEESE e o tamanho da família como parâmetros, são, portanto, os seguintes:

- i) **Família Tipo 1:** Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE;
- ii) **Família Tipo 2:** Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE;
- iii) **Família Tipo 3:** Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE; e
- iv) **Família Tipo 4:** Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE;

Como se pode ver, do ponto de vista da renda familiar do trabalho agropecuário assalariado – e do tamanho da família (representando a dependência da família àquela renda) –, a família Tipo 1 encontra-se em um extremo (melhor condição), na classificação das famílias,

⁴ Diferentemente das famílias de assalariados *pluriativas*, em que pelo menos um de seus membros se assalaria na agropecuária e pelo menos um outro se assalaria em outro setor da economia (atividade não agropecuária).

enquanto a família Tipo 4 encontra-se no outro extremo (pior condição) – o Tipo 2 é considerado em uma condição superior à do Tipo 3.

Adicionalmente, cada um desses tipos familiares foi subdividido em dois outros tipos: i) Famílias com apenas um assalariado; e ii) Famílias com dois ou mais assalariados (o que, nesse caso, significa que cada assalariado também deveria receber o SMN/DIEESE). A finalidade dessa subdivisão é a de poder captar diferentes casos/situações de grupos de famílias que possuem mais de um membro assalariado, possibilitando a ampliação das análises, uma vez que ter mais de um assalariado na família e a mesma ser classificada, por exemplo, como Tipo 4 significa que tal situação indica que cada um dos trabalhadores assalariados desse tipo de família está sendo remunerado bem abaixo do SMN/DIEESE, uma vez que mesmo somando as duas remunerações ainda assim permanece inferior ao SMN/DIEESE.

Essa tipologia de famílias de assalariados possibilita, portanto, uma maior articulação das informações de pessoas e de famílias, possibilitando, entre outras coisas, analisar questões pertinentes às pessoas, porém, dentro de seus respectivos grupos familiares. Isso permite maior conhecimento da heterogeneidade do conjunto das famílias assalariadas na agropecuária da região Norte.

Combinou-se, portanto, o estudo das pessoas (assalariados) e suas famílias. Além disso, como se pode ver, optou-se por não tratar esses assalariados como um grupo homogêneo. Ou seja, pode-se realizar uma investigação comparativa das condições de trabalho no interior de cada grupo familiar e, também, entre os grupos de famílias.

3.3. Indicador de qualidade do emprego⁵

Para analisar as condições de trabalho dos assalariados dos distintos tipos de famílias foi construído um Índice de Qualidade do Emprego (IQE), cujos três procedimentos básicos foram os seguintes:

1) Indicadores simples das PNADCs:

Respostas positivas ou negativas (1 ou 0) dos assalariados: com idade acima de 15 anos (Ninf); com jornada semanal de 21⁶ até 44 horas (Jorn); sem trabalho temporário (TbNTemp), ou seja, com trabalho permanente; com carteira assinada (Cart); contribuinte da Previdência Social (Prev); sem ocupação secundária (sem 2a ocupação) (Socupsec); e com três faixas de remuneração acima de 1 salário mínimo oficial (Npob).

As quatro faixas de remuneração do Npob (cada uma associada a um valor entre 0 e 1) são: i) 0: acima de zero até 1 s.m.; ii) 0,5: acima de 1 s.m. até 2 s.m.; iii) 0,75: acima de 2 s.m. até 3 s.m.; iv) 1: acima de 3 s.m.

2) A partir dos indicadores simples, foram calculados os indicadores parciais. Os dois indicadores parciais foram obtidos da seguinte forma⁷:

$TRABFORM = 0,10 * Ninf + 0,20 * Jorn + 0,05 * TbNTemp + 0,40 * Cart + 0,20 * Prev + 0,05 * Socupsec;$

$TRABREND = (1,0 * Npob);$

⁵ Esse indicador é uma adaptação do desenvolvido por Balsadi (2007).

⁶ Estamos considerando, para o cálculo do IQE, a jornada acima de 20 horas, porque, segundo De Grazia (2007, p. 47), “Variando entre uma e 20 horas semanais, inúmeras pesquisas empíricas a respeito desse tipo de emprego concluíram tratar-se, em sua maioria, de um trabalho equivalente a um subemprego. É o que chamamos de ‘bico’.”

⁷ Adaptamos as ponderações, obtidas em Balsadi (2007), ao objetivo do presente estudo.

3) Por fim, o IQE foi calculado a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais. Foram calculados três IQEs, considerando também pesos diferentes aos indicadores parciais.

$$IQE1 = 0,50 * TRABREND + 0,50 * TRABFORM$$

$$IQE2 = 0,40 * TRABREND + 0,60 * TRABFORM$$

$$IQE3 = 0,60 * TRABREND + 0,40 * TRABFORM$$

Os IQEs variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade do emprego, indicando condições de trabalho melhores.

4. Análise dos resultados

A Tabela 4 mostra que entre as famílias monoativas de assalariados na agropecuária da região Norte predominam as do tipo 3 e 4, as quais detinham juntas, na média dos anos da série abordada, 71,5% do total das referidas famílias – sendo que as famílias do tipo 3 participavam com 39,4% e, as famílias do tipo 4, com 32,1%. Em termos absolutos, as famílias que exibiram tendência (estatística) de crescimento nos dois subperíodos em foco, foram as famílias do Tipo 1 – com taxas médias anuais de 3,3%a.a. (2012 a 2022) – e as do Tipo 3 – com taxas médias anuais de 3,9%a.a. (2012 a 2022). De acordo com a metodologia de classificação das famílias, as do tipo 1 e as do tipo 3 são as menores famílias, ou seja, as que têm um número menor de dependentes.

Tabela 4: Evolução dos contingentes dos tipos e subtipos de famílias de assalariados na agropecuária. E evolução da participação relativa (%) dos *subtipos* de famílias, no total geral de famílias. Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA		Nr de Famílias x 1.000							Distribuição percentual (%)						
		2012	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022	2012	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	Com 1 Assalariado	23	28	34	35	30	36	4,0 ***	16,3	18,2	18,3	18,7	17,0	21,4	1,2
	Com 2 ou mais Assal.	9	8	7	6	7	10	0,9	6,3	5,0	3,7	3,4	3,8	6,0	-1,9
Fam Tipo 2	Com 1 Assalariado	4	4	5	7	4	5	0,8	2,7	2,5	2,8	3,5	2,2	3,2	-2,0
	Com 2 ou mais Assal.	5	6	4	5	3	6	2,7	3,3	3,9	2,0	2,7	2,0	3,8	-0,1
Fam Tipo 3	Com 1 Assalariado	49	61	78	74	73	67	4,1 ***	34,0	39,1	41,4	39,4	41,4	39,8	1,3 *
	Com 2 ou mais Assal.	2	1	1	1	0	1	-10,2	1,2	0,6	0,5	0,3	0,2	0,8	-12,6 *
Fam Tipo 4	Com 1 Assalariado	48	45	54	55	53	39	1,0	33,5	29,1	28,7	29,1	29,7	22,9	-1,7 *
	Com 2 ou mais Assal.	4	2	5	5	7	4	3,9	2,7	1,5	2,6	2,9	3,7	2,1	1,0
TOTAL GERAL		144	156	188	189	177	169	2,8 ***	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Fam Tipo 1		32	36	41	42	37	46	3,3 ***	22,6	23,2	22,0	22,0	20,8	27,5	0,5
Fam Tipo 2		9	10	9	12	7	12	1,5	6,0	6,5	4,8	6,2	4,2	7,0	-1,3
Fam Tipo 3		50	62	79	75	73	68	3,9 ***	35,2	39,7	41,9	39,8	41,6	40,6	1,0
Fam Tipo 4		52	48	59	61	59	42	1,3	36,2	30,6	31,3	32,0	33,4	25,0	-1,5

Nota: as taxas de crescimento são estimativas do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. Os asteriscos (***, **, *) correspondem, respectivamente, a 1%, 5% e 10% de significância.

Legenda:

Família Tipo 1: Família com até 4 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que o SMN/DIEESE;

Família Tipo 2: Família com 5 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *igual ou maior* que o SMN/DIEESE;

Família Tipo 3: Família com até 3 membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que o SMN/DIEESE; e

Família Tipo 4: Família com 4 ou mais membros e com renda familiar do trabalho agropecuário assalariado *menor* que o SMN/DIEESE.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

A despeito da distinção entre os dois primeiros Tipos familiares (1 e 2) e os dois últimos (3 e 4), referente a ter ou não uma renda *familiar* do trabalho assalariado na agropecuária igual ou superior a $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE (tipos 1 e 2), ou uma renda *familiar* que sequer alcança esse limite (tipos 3 e 4), a Tabela 5 mostra que um percentual razoável de membros das famílias do Tipo 1 – 16,9%, na média dos anos – obtém uma renda *individual* do trabalho assalariado na agropecuária nortista de no máximo um salário mínimo oficial (SMO), e, no caso das famílias do Tipo 2, esse percentual sobe para 42,1%. Esses percentuais, no caso das famílias 3 e 4, são obviamente ainda mais elevados – 75,8%, entre os assalariados das famílias do Tipo 3, e, entre os respectivos assalariados das famílias do tipo 4, 79,4%.

Tabela 5: Evolução percentual (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas de renda do trabalho (em salário mínimo oficial, SMO): Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas de renda (s.m.)		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	Acima de 0 até 1 s.m.	18,5	19,6	15,3	19,1	13,1	15,1	15,6	10,7	15,0	23,1	20,4	0,1
	Acima de 1 até 2 s.m.	55,5	58,3	57,6	63,5	55,0	55,0	53,7	62,6	75,3	53,6	56,3	0,4
	Acima de 2 até 3 s.m.	15,7	15,0	20,1	11,6	18,2	22,9	19,7	22,2	8,0	20,9	18,0	0,6
	Acima de 3s.m.	10,3	7,1	6,9	5,8	13,8	6,9	11,0	4,6	1,7	2,3	5,3	-11,0 **
Fam Tipo 2	Acima de 0 até 1 s.m.	49,6	20,9	42,4	23,6	32,0	35,1	57,5	40,8	33,4	65,0	62,6	6,3 *
	Acima de 1 até 2 s.m.	41,5	68,4	48,3	65,5	49,0	53,1	36,5	46,9	57,9	33,5	26,7	-4,8 *
	Acima de 2 até 3 s.m.	6,8	8,9	9,3	9,4	17,9	5,7	6,0	11,8	5,3	1,5	8,3	-7,5
	Acima de 3s.m.	2,2	1,8	0,0	1,5	1,1	6,2	0,0	0,5	3,4	0,0	2,4	
Fam Tipo 3	Acima de 0 até 1 s.m.	72,5	71,9	71,0	74,7	78,7	85,2	71,1	72,3	83,2	73,7	79,1	0,8
	Acima de 1 até 2 s.m.	27,5	28,1	29,0	25,3	21,3	14,8	28,9	27,7	16,8	26,3	20,9	-2,5
	Acima de 2 até 3 s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Acima de 3s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Fam Tipo 4	Acima de 0 até 1 s.m.	77,5	78,0	79,0	74,7	86,1	79,6	76,6	75,7	82,8	80,3	83,4	0,5
	Acima de 1 até 2 s.m.	22,5	22,0	21,0	25,3	13,9	20,4	23,4	24,3	17,2	19,7	16,6	-1,9
	Acima de 2 até 3 s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Acima de 3s.m.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

As últimas observações (Tabela 5), ajudam a explicar a Tabela 6, e vice-versa. Ou seja, se entre as famílias do Tipo 1 há pessoas que têm renda do assalariamento na agropecuária de no máximo um SMO, significa que essas pessoas necessariamente são membros de famílias com dois ou mais assalariados para que possam ser classificadas como Tipo 1, que têm renda *familiar* pelo menos igual (ou superior) a $\frac{1}{4}$ do SMN/DIEESE. Razão pela qual pode-se ver na Tabela 3 que, na média dos anos da série, 19,8% das famílias do Tipo 1 possuíam mais de um assalariado compondo a renda familiar – entre as famílias do Tipo 2, esse percentual sobe expressivamente, para 47,0%. No caso das famílias dos tipos 3 e 4, predominam famílias com apenas um assalariado na agropecuária – mais de 90,0%, em quase todos os anos (Tabela 6) – e, mesmo as 10,0% restantes que têm mais de um membro assalariado, somando as rendas individuais desses membros não obtêm uma renda *familiar* que alcance $\frac{1}{4}$ SMN/DIEESE.

Tabela 6: Participação relativa (%) dos *subtipos* de famílias de assalariados na agropecuária, por tipo de família: Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	Com 1 Assalariado	72,2	77,4	83,1	78,8	81,3	83,1	78,3	83,2	84,7	81,7	78,1	0,7
	Com 2 ou mais Assal.	27,8	22,6	16,9	21,2	18,7	16,9	21,7	16,8	15,3	18,3	21,9	-2,4
Fam Tipo 2	Com 1 Assalariado	45,1	50,8	53,9	74,2	72,5	34,1	39,0	58,4	56,1	52,8	45,9	-0,7
	Com 2 ou mais Assal.	54,9	49,2	46,1	25,8	27,5	65,9	61,0	41,6	43,9	47,2	54,1	1,2
Fam Tipo 3	Com 1 Assalariado	96,6	96,5	98,6	96,3	97,3	95,0	98,5	98,7	99,2	99,6	98,1	0,3 *
	Com 2 ou mais Assal.	3,4	3,5	1,4	3,7	2,7	5,0	1,5	1,3	0,8	0,4	1,9	-13,5 **
Fam Tipo 4	Com 1 Assalariado	92,5	94,0	91,5	94,0	84,9	90,7	95,0	91,6	91,0	88,9	91,7	-0,2
	Com 2 ou mais Assal.	7,5	6,0	8,5	6,0	15,1	9,3	5,0	8,4	9,0	11,1	8,3	2,6

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Outra informação que também ajuda a entender as diferenças entre os tipos familiares, é o do regime de trabalho (com ou sem carteira assinada), conforme registros da Tabela 7. Nesta Tabela, observa-se que nas famílias do Tipo 1 há predominância do trabalho assalariado com carteira assinada – 56,3% na média dos anos –, enquanto nas famílias dos Tipos 2, 3 e 4 prevalece o assalariamento sem carteira assinada, com médias, respectivamente, de 64,3%, 77,5% e 80,4%.

Tabela 7: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e formalização no trabalho: Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA / Regime de trabalho		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	Empreg. com Carteira	64,2	60,3	60,1	61,9	48,4	51,7	62,3	54,4	53,0	52,7	50,0	-2,0 **
	Empreg. sem Carteira	35,8	39,7	39,9	38,1	51,6	48,3	37,7	45,6	47,0	47,3	50,0	2,7 **
Fam Tipo 2	Empreg. com Carteira	32,3	56,5	41,4	44,0	47,7	29,2	42,6	24,3	29,7	22,6	21,8	-6,9 ***
	Empreg. sem Carteira	67,7	43,5	58,6	56,0	52,3	70,8	57,4	75,7	70,3	77,4	78,2	4,0 **
Fam Tipo 3	Empreg. com Carteira	25,5	21,5	22,3	23,2	21,9	18,4	21,8	18,8	26,8	26,9	20,2	-0,1
	Empreg. sem Carteira	74,5	78,5	77,7	76,8	78,1	81,6	78,2	81,2	73,2	73,1	79,8	0,0
Fam Tipo 4	Empreg. com Carteira	29,2	23,4	21,1	23,5	12,2	13,9	23,0	16,9	17,3	17,7	17,2	-3,9
	Empreg. sem Carteira	70,8	76,6	78,9	76,5	87,8	86,1	77,0	83,1	82,7	82,3	82,8	1,1 *

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Os dados da Tabela 7 podem ajudar a explicar a presença ou não do trabalho temporário (Tabela 8) no interior das famílias de ocupados na agropecuária da região Norte do Brasil. Nota-se que as famílias dos Tipos 3 e 4 apresentam a maior participação relativa de assalariados temporários, respectivamente, 39,7% e 44,2%, na média dos anos da série, sendo os mesmos tipos familiares que apresentaram o maior percentual de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (Tabela 7). As famílias dos Tipos 1 e 2, ao contrário, são majoritariamente formadas por assalariados contratados em trabalhos permanentes (não temporários), conforme a Tabela 8.

Tabela 8: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, com ou sem trabalho temporário, por tipo de família: Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA / Tipo de contratação		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	Com Tb temporário	16,2	14,7	16,8	17,2	26,9	28,2	13,9	15,7	11,8	16,5	21,2	-0,1
	Sem Tb temporário	83,8	85,3	83,2	82,8	73,1	71,8	86,1	84,3	88,2	83,5	78,8	0,0
Fam Tipo 2	Com Tb temporário	28,9	22,9	29,8	34,8	20,4	63,6	26,9	40,1	14,5	53,9	33,8	2,4
	Sem Tb temporário	71,1	77,1	70,2	65,2	79,6	36,4	73,1	59,9	85,5	46,1	66,2	-1,9
Fam Tipo 3	Com Tb temporário	39,0	35,9	35,3	41,3	48,6	50,6	38,5	43,3	29,9	34,8	39,8	-0,6
	Sem Tb temporário	61,0	64,1	64,7	58,7	51,4	49,4	61,5	56,7	70,1	65,2	60,2	0,3
Fam Tipo 4	Com Tb temporário	43,1	38,5	47,2	45,8	63,8	56,8	39,7	42,2	34,9	31,2	42,6	-2,2
	Sem Tb temporário	56,9	61,5	52,8	54,2	36,2	43,2	60,3	57,8	65,1	68,8	57,4	1,6

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

A Tabela 9, sem prejuízo das análises anteriores, sugerem algumas outras reflexões importantes sobre o mercado de trabalho assalariado na agropecuária nortista. Nota-se uma tendência estatística de redução do percentual de pessoas empregadas com jornada de trabalho acima de 44 horas semanais para todos os tipos familiares, não obstante ainda seja uma fração bastante elevada. É nas famílias dos Tipos 3 e 4 que há uma maior participação de assalariados com jornada de trabalho de até 20 horas semanais em relação às demais, o que pode estar relacionado ao trabalho temporário assinalado anteriormente (Tabela 8), requerido para atividades esporádicas ou sazonais na agropecuária da região. Já nas famílias dos Tipos 1 e 2, com maior presença do trabalho com carteira assinada e permanente (sem trabalho temporário), predomina a jornada de trabalho entre 20 e 44 horas semanais, mas ainda com expressiva participação na jornada acima de 44 horas⁸.

Tabela 9: Evolução percentual (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas de horas de trabalho: Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas de hora de trabalho		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	0h até 20h	1,1	2,7	1,6	1,4	0,3	4,1	5,2	0,9	0,5	2,7	3,7	4,5
	Acima de 20h até 44h	39,5	43,1	51,7	58,1	70,5	63,9	56,8	66,7	67,9	64,0	71,6	5,1 ***
	Acima de 44h	59,5	54,2	46,8	40,5	29,2	32,0	38,1	32,4	31,6	33,3	24,8	-6,7 ***
Fam Tipo 2	0h até 20h	1,4	4,1	4,8	10,8	3,5	3,4	1,3	7,3	0,0	15,4	11,2	
	Acima de 20h até 44h	48,1	45,7	63,0	55,5	61,9	71,8	80,9	69,8	61,3	72,8	65,9	3,8 **
	Acima de 44h	50,4	50,1	32,1	33,7	34,6	24,8	17,8	23,0	38,7	11,8	22,9	-9,2 **
Fam Tipo 3	0h até 20h	8,4	7,1	1,1	7,5	10,6	11,4	7,5	8,0	8,5	10,9	12,4	9,2
	Acima de 20h até 44h	53,0	45,3	62,4	62,5	64,7	70,0	61,9	64,2	69,9	67,0	67,0	2,8 **
	Acima de 44h	38,6	47,6	36,6	29,9	24,8	18,6	30,5	27,7	21,6	22,1	20,6	-6,8 ***
Fam Tipo 4	0h até 20h	8,4	7,0	9,0	11,2	15,2	13,1	14,0	10,3	6,1	15,1	11,4	2,9
	Acima de 20h até 44h	46,9	50,5	55,1	53,9	62,9	67,6	62,8	58,8	65,1	67,3	69,9	3,5 ***
	Acima de 44h	44,7	42,5	35,9	35,0	21,9	19,4	23,2	30,8	28,8	17,6	18,7	-7,6 ***

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

⁸ A Constituição Federal de 1998 assegura em seu Artigo 7º, inciso XIII, que a duração do trabalho normal não deve ser superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Considerando agora o indicador parcial de formalização (TRABFORM)⁹ das condições de trabalho dos assalariados selecionados da agropecuária nortista, pode-se ver na Tabela 10 que, com exceção das famílias do Tipo 2, todas as demais famílias experimentaram, entre 2012 e 2022, crescimento significativo (sentido estatístico) na segunda faixa (entre 0,25 e 0,50) e na última faixa (entre 0,75 e 1) desse indicador, sugerindo melhora nas condições de trabalho de seus membros assalariados. Porém, foram as famílias do Tipo 1 que se destacaram no sentido de apresentarem uma proporção maior de assalariados nas faixas melhores do indicador (acima de 0,50 até 1) – na média dos anos essa proporção foi de 57,2%, sendo 31,5% na melhor faixa do indicador (entre 0,75 e 1), além do registro da tendência estatística de crescimento (5,3%a.a.) da participação nessa última faixa.

Chama atenção ainda o fato de que os assalariados das famílias do Tipo 2, embora exibam, na média dos anos, uma melhor participação (37,4%) nas duas faixas superiores do indicador, comparado aos seus pares das famílias do Tipo 3 (23,4%) e do Tipo 4 (21,1%), nos dois últimos anos da série, porém, pode-se considerar que ficaram com condições de trabalho muito semelhantes aos assalariados desses dois últimos Tipos familiares (Tabela 10).

Tabela 10: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas do indicador parcial de formalização do trabalho (TRABFORM): Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA / Faixas do Indicador parcial de formalização		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	0 até 0,25	19,9	19,5	15,4	12,2	14,3	19,1	17,1	19,5	20,3	12,0	15,7	-1,1
	Acima de 0,25 até 0,50	15,5	20,2	22,7	23,9	37,1	27,3	19,5	25,4	26,3	34,2	33,2	5,5 **
	Acima de 0,50 até 0,75	41,6	39,7	35,4	34,3	19,3	18,2	27,3	14,2	11,6	26,6	14,4	-10,1 ***
	Acima de 0,75 até 1	23,0	20,6	26,6	29,6	29,3	35,4	36,1	40,9	41,7	27,2	36,6	5,3 ***
Fam Tipo 2	0 até 0,25	35,0	28,4	14,6	27,8	19,8	22,7	4,4	30,1	24,8	25,1	31,1	-0,8
	Acima de 0,25 até 0,50	32,8	14,4	44,0	26,4	32,4	46,3	53,0	44,4	32,0	52,4	47,1	7,1 *
	Acima de 0,50 até 0,75	16,9	31,0	24,8	18,2	18,5	8,5	14,9	3,2	27,4	2,2	6,0	-16,0 **
	Acima de 0,75 até 1	15,4	26,2	16,6	27,6	29,2	22,5	27,7	22,3	15,8	20,4	15,8	-1,3
Fam Tipo 3	0 até 0,25	29,5	41,6	27,0	27,3	25,2	23,2	28,4	26,8	19,0	27,4	23,3	-3,4 *
	Acima de 0,25 até 0,50	43,8	36,1	50,4	47,8	51,7	57,7	48,9	53,0	53,9	44,0	56,5	2,2 *
	Acima de 0,50 até 0,75	17,4	14,5	10,7	11,2	10,5	6,8	10,4	9,8	12,0	7,7	7,6	-5,8 **
	Acima de 0,75 até 1	9,3	7,8	11,9	13,7	12,6	12,3	12,3	10,4	15,0	20,9	12,6	5,2 **
Fam Tipo 4	0 até 0,25	32,7	32,7	31,9	32,0	33,4	28,7	28,2	32,6	29,8	26,1	24,5	-2,4 ***
	Acima de 0,25 até 0,50	37,2	42,4	46,4	43,4	53,7	55,1	47,3	50,1	50,0	56,2	53,1	3,0 ***
	Acima de 0,50 até 0,75	22,5	18,3	13,3	14,9	4,4	5,9	8,0	9,1	8,3	5,6	11,0	-8,8 *
	Acima de 0,75 até 1	7,7	6,6	8,4	9,7	8,6	10,3	16,4	8,2	11,9	12,2	11,4	5,4 **

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

Por fim, a Tabela 11 apresenta o indicador que sintetiza todas os demais indicadores, ou seja, o indicador de qualidade do emprego (IQE),¹⁰ nas suas três versões. Pode-se observar que, de forma bastante semelhante ao que foi destacado a respeito das informações do indicador parcial TRABFORM (Tabela 10), o Tipo de família que se destaca em termos de exibir uma maior participação relativa de seus membros assalariados nas duas melhores faixas do indicador (nas três versões), é o Tipo 1 – na média dos anos, 58,0% dos assalariados desse grupo familiar se encontravam nas faixas do IQE acima de 0,50 até 1.

⁹ Na metodologia pode-se ver que o TRABFORM é composto por alguns indicadores simples, alguns deles analisados individualmente (carteira de trabalho, trabalho permanente, jornada de trabalho) – os demais não foram analisados por falta de espaço no artigo.

¹⁰ O IQE, como demonstrado na seção da metodologia, é composto pelos indicadores parciais TRABREND e TRABFORM. O primeiro, contém as quatro faixas de rendimentos em salários mínimos, cuja análise ocorreu na Tabela 2; e, o segundo, é composto pelos indicadores simples analisados anteriormente (carteira de trabalho, trabalho permanente, jornada de trabalho) e alguns outros (previdência social, etc.).

Os assalariados das famílias dos Tipos 3 e 4, na média dos anos, concentravam-se (90,0%, em ambos os Tipos) nas duas piores faixas do IQE (entre 0 e 0,50) – sendo que mais de 60,0% desses assalariados abrigavam-se na pior faixa do indicador (entre 0 e 0,25). Já os assalariados das famílias do Tipo 2, encontravam-se, do ponto de vista do IQE, em uma situação intermediária entre o Tipo 1 e os Tipos 3 e 4 – na média dos anos, apenas 33,2% dos assalariados das famílias do Tipo 2 encontravam-se nas duas melhores faixas do IQE (acima de 0,50 até 1) e, na pior faixa do IQE (entre 0 e 0,25), o percentual chegava a 35,6%.

Importa destacar também que os percentuais, em todos os tipos de famílias, são muito próximos quando se compara o IQE1 com o IQE2 – neste último, o peso maior é dado ao TRABFORM. Porém, quando a comparação é do IQE1 com o IQE3, que atribui maior peso ao TRABREND (rendimentos), percebe-se que, em todos os Tipos de famílias, mas particularmente no caso das famílias dos Tipos 3 e 4, os percentuais do IQE3 se elevam na pior faixa desse indicador geral (de 0 a 0,25).

Tabela 11: Evolução da participação relativa (%) dos assalariados (pessoas) na agropecuária, por tipo de família e faixas do indicador de qualidade do emprego (IQE1, IQE2 e IQE3): Norte, 2012 a 2022.

TIPO DE FAMÍLIA/ Faixas do IQE		IQE1				IQE2				IQE3			
		2012	2019	2022	Tx Cresc 2012 a 2022	2012	2019	2022	Tx Cresc 2012 a 2022	2012	2019	2022	Tx Cresc 2012 a 2022
Fam Tipo 1	0 até 0,25	10,8	7,0	18,4	2,9	10,8	7,0	18,4	2,9	14,8	8,7	19,0	1,4
	Acima de 0,25 até 0,50	27,6	36,4	25,5	0,6	27,6	36,4	25,5	0,7	20,0	31,5	22,4	1,9
	Acima de 0,50 até 0,75	49,4	40,8	45,2	-1,2	50,1	40,8	45,8	-1,3	50,5	43,4	47,2	-1,2
	Acima de 0,75 até 1	12,2	15,8	10,9	-1,4	11,5	15,8	10,3	-1,2	14,7	16,4	11,4	-2,1
Fam Tipo 2	0 até 0,25	44,7	39,6	54,5	5,6	44,7	39,6	54,5	5,6	46,6	40,8	58,7	5,5
	Acima de 0,25 até 0,50	25,2	34,3	27,0	2,6	25,2	34,3	27,0	2,6	23,2	26,6	22,8	2,7
	Acima de 0,50 até 0,75	30,1	23,0	14,3	-11,5 **	30,1	23,0	14,3	-11,5 **	30,1	29,0	14,3	-11,4 **
	Acima de 0,75 até 1	0,0	3,1	4,2		0,0	3,1	4,2		0,0	3,6	4,2	
Fam Tipo 3	0 até 0,25	59,7	59,8	64,2	0,4	59,7	59,8	63,9	0,3	64,9	67,5	68,1	0,2
	Acima de 0,25 até 0,50	26,4	32,5	30,4	0,5	26,4	32,5	30,8	0,5	21,2	24,7	26,5	0,9
	Acima de 0,50 até 0,75	13,9	7,7	5,4	-4,3	13,9	7,7	5,4	-4,3	13,9	7,7	5,4	-4,3
	Acima de 0,75 até 1	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Fam Tipo 4	0 até 0,25	61,1	64,4	69,4	0,8	61,1	64,4	69,4	0,8	72,2	71,3	77,0	0,1
	Acima de 0,25 até 0,50	25,1	29,5	22,3	0,1	25,1	29,5	22,3	0,1	14,0	22,6	14,7	3,0
	Acima de 0,50 até 0,75	13,8	6,1	8,3	-5,2 **	13,8	6,1	8,3	-5,2 **	13,8	6,1	8,3	-5,2 **
	Acima de 0,75 até 1	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	

Nota e Legenda: as mesmas da Tabela 1.

Fonte: Microdados das PNADC/IBGE. Elaboração própria.

5. Considerações Finais

Este artigo objetivou contribuir com estudos sobre o mercado de trabalho na agropecuária da região Norte, particularmente enfatizando análises das condições de trabalho dos assalariados nesse setor. Como resultado geral da pesquisa, pôde-se apreender a perceptível heterogeneidade presente no interior das famílias de assalariados na agropecuária nortista. Por um lado, os assalariados das famílias tipo 1 se destacam com os melhores resultados dos indicadores de condições de trabalho analisados.¹¹ Por outro lado, no outro extremo, encontram-se os assalariados das famílias tipo 3 e 4, com os resultados mais precários desses indicadores. Numa posição intermediária, entre o tipo 1 e os tipos 3 e 4, encontram-se os assalariados das famílias tipo 2.

¹¹ Indicadores simples, parciais e geral (IQE).

A despeito dessas diferentes posições dos distintos grupos familiares, do ponto de vista do indicador sintético geral da qualidade do emprego (IQE) utilizado para analisar a evolução das condições de trabalho dos indivíduos assalariados de todos os tipos familiares abordados, esse indicador apontou para uma relativa piora, em todos os tipos familiares, à medida que os percentuais de assalariados aumentaram nas faixas inferiores desse indicador (entre 0 e 0,50). Além disso, importa mencionar que no último ano do período analisado, 2022, ainda 65,6% do total de famílias analisadas pertencia aos tipos 3 (40,6%) e 4 (25,0%), de menores rendas e de resultados mais precários de condições de trabalho.

Por outro lado, uma evidência que parece sugerir que houve melhora nas condições de trabalho é o que foi registrado como tendência estatística do crescimento das famílias com menor número de integrantes – famílias tipo 1 (com até quatro membros) e tipo 3 (com até três membros). Os indivíduos integrantes das famílias tipo 1 estão em melhor condição de dependência da renda familiar do trabalho agropecuário assalariado, comparativamente aos seus congêneres das famílias tipo 2 (com cinco ou mais integrantes). Em situação análoga, encontram-se os indivíduos das famílias tipo 3 (com até três integrantes), comparativamente aos seus pares das famílias tipo 4 (com quatro ou mais integrantes).

Enfim, a investigação das condições de trabalho dos assalariados na agropecuária nortista ainda tem muito em que avançar, utilizando a tipologia de famílias aqui sugerida para análises. Os próximos estudos poderão, por exemplo, incorporar as análises dos demais indicadores simples que compõem o IQE mas que não foram ainda analisados individualmente, assim como também os níveis de escolaridade e os tipos de atividades agropecuárias em que os indivíduos dos diferentes grupos familiares podem estar se assalariando.

6. Referências bibliográficas

AQUINO, J. R.; NASCIMENTO, C. A. Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas** - Vitória da Conquista/BA, ano XVII, v. 17, n. 30, p. 184-194, jul./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7145>

BALSADI, O., DEL GROSSI, M. E. Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 4, 82-96, 2016. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1204>. Acesso em: 20 agost. 2024.

BERNARDES, J. A. Expansão do agronegócio na Amazônia: dinâmicas e contradições. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63233>.

BEZERRA, F. D. S.; Nascimento, C. A.; Maia, A. G. Family farming in the Brazilian Amazon: Trends for different types of families. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 19, set. 2022. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr19.ffba>

BEZERRA, F. D. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. Rural development and the expansion of nonagricultural activities in the Brazilian Amazon. **Revista de Economia e**

Sociologia Rural, Piracicaba, v. 59, n. 4, e231355, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.231355>

BRASIL. **Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 20 de agost. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Amazonia Legal**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; CONCEIÇÃO, P. H. Z. **Agricultura**: evolução e importância para a balança comercial brasileira. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 36 p. (Texto para discussão, n. 1944).

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; PADILHA, G.; RAMOS, L.; RUSSO, F. M. Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015 2016 e da pandemia de covid-19. In: SILVA, S. P.; CORSEUIL, C. H.; COSTA, J. S. (org.). **Impactos da pandemia de covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no brasil**. Brasília: IPEA, 2022, p. 23-40.

COSTA SILVA, R. G. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confin**s [Online], n. 23, p. 01-25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4000/confin.9949>

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo: Dieese, 2014. (Série Estudos e Pesquisas, n. 74).

FILGUEIRAS, V. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. (org.) **Reforma Trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas - SP: Editora Curt Nimeundajú, 2019, p. 13-52.

FUNDO BRASIL. **Mapeamento do Trabalho Informal no Brasil**. São Paulo: Fundo Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/documento/mapeamento-do-trabalho-informal-no-brasil-2022/>. Acesso em: 03 agost. 2024.

GARCIA, J. R. Trabalho rural Tendências em face das transformações em curso. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Zander Navarro, Z. (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 561-589.

GONZAGA, G.; CAVALCANTI, F.; ALFENAS, F. Dinamismo de emprego e renda na Amazônia Legal: Agropecuária. Rio de Janeiro: Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/09/AMZ-2030-Nota-Dinamismo-Economico-Agropecuaria-10.pdf>. Acesso em: 29 agost. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel Pnad Contínua do Mercado de Trabalho**. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em: 30 agost. 2024.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Zander Navarro, Z. (ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 593-619.

MATTEI, L. F. Emprego agrícola: cenários e tendências. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 35-52, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 40, n. 4, p. 647-668, 2020.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. p. 11-41.

SAKAMOTO, C. S.; MAIA, A. G. Mercado de trabalho agrícola no Brasil: Evolução e características dos ocupados nas áreas rurais (1991-2010). **RBEST - Revista Brasileira Economia Social e do Trabalho**, v. 4, e022002, 2022. DOI: <https://doi.org/10.20396/rbest.v4i00.14793>

SILVA COSTA, S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p.969-978, 2020.

TROVÃO, C. J. B. M.; ARAÚJO, J. B. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 50, n. 1, p. 23-45, 2019. DOI: 10.61673/ren.2019.709.